

Constituição consolida democracia, diz Sarney



Helio Santos e Floriza Verucci representaram os negros e as mulheres na Comissão

Minorias pretendem ocupar espaço

As chamadas minorias, descobriu-se ontem, não são tão minorias assim. Cerca de 44% da população brasileira é negra ou descendente direto de negros. E mais de metade da população brasileira é formada por mulheres. Na comissão pre-Constituinte que se reuniu ontem no Ministério da Justiça, mais da metade de seus membros — 28 exatamente — são juristas e advogados. Há 5 empresários e cinco professores, quatro economistas, dois jornalistas, um religioso, um diretor comercial, um ex-ministro de Estado, um escritor, um sindicalista, e nenhum poeta militante. Mas a participação dos que vão ter vez e voz pelos negros e pelas mulheres pretende ser estrondosa, democrática, participativa. Assim, eles esperam tirar o caráter "elitista" da comissão preparatória da Constituinte. Nas favelas nas escolas, nas cadeias no operariado.

Helio dos Santos, presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo, e agora membro da Comissão pre-Constituinte afirma que "há problemas que dizem respeito a toda sociedade, mas outros que são específicos". Já Floriza Verucci, advogada convocada para a Comissão, aposta nas mudanças do mundo atual. (LAT)

Feministas serão ouvidas

A advogada Floriza Verucci, uma das duas mulheres que participam da Comissão, deixou claro ontem que pretende fazer "uma ponte" entre os movimentos feministas e das mulheres brasileiras com a Comissão pre-Constituinte. "Espero que haja uma intensa comunicação, de forma harmônica, e que eu possa levar as reivindicações concretas até a Comissão". Seu objetivo na Comissão é democratizá-la ao máximo.

Especialista em Direito da Mulher, assessora do Ministério da Cultura para assuntos femininos, Verucci não está muito preocupada com o percentual de 1% que cabe às mulheres na Comissão.

"Esta proporção é bem representativa do que é o Brasil. Nós somos mais da metade da população, mas

isso é um sintoma do que é a participação das mulheres no Brasil. Se estivéssemos ocupando esta comissão na base de 50%, seria um sinal de que todos os problemas das mulheres no Brasil estavam resolvidos", disse.

Floriza Verucci explicou que irá trabalhar numa linha global, mas prometeu um enfoque maior em todas as questões que dizem respeito à mulher e à família. Ela aproveitou para fazer um convite às mulheres brasileiras:

"Todas as mulheres ou movimentos que tenham sugestões a fazer, entrem em contato comigo que me disponho a ser um canal de participação".

Verucci quer trabalhar em cima de ideias que possam transformar-se na "Constituição do ano 2000".

Negros têm representante

Se as mulheres possuem uma representatividade de 1% na comissão, os negros estão com apenas 0,5%. E mesmo assim, porque o presidente José Sarney resolveu convocar um negro de última hora. Foi por isso que o professor Helio Santos passou a se considerar "o espermatozoide que deu certo". Presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, Helio Santos estava muito orgulhoso em ter sido convidado. Seu objetivo na Comissão também é democratizar ao máximo os debates: "O grande papel que eu devo

cumprir nesta comissão é sensibilizar os demais membros de que a questão da democracia no Brasil não se resolve sem a solução da questão racial.

Empolgado, Helio Santos quer levar o debate a "todos os setores da população negra deste País". Na sua opinião, a participação negra nesta próxima Constituinte é um fator histórico marcante:

"Secularmente, nós sempre fomos impedidos de participar apesar de termos construído este País. Nós nunca tivemos no Brasil uma face tão rica.

O presidente José Sarney afirmou ontem, durante a solenidade de posse dos 51 membros da Comissão Constitucional, no Ministério da Justiça, que a exigência de uma nova Constituição brasileira é a única saída para que o Brasil reencontre o seu caminho democrático e constitucional. "Sem uma ruptura do Estado — e devemos dar graças a Deus por tê-la evitado — não nos cubia outra saída que a de convocar a Constituinte, com a solidariedade do Congresso Nacional", disse Sarney.

A Comissão Constitucional de Alto Nível acrescentou o presidente não substituirá o Congresso, nem substituirá o povo. Será, na verdade, uma ponte de alguns meses entre a gente brasileira e os representantes que ela elegerá.

A cerimônia contou com centenas de convidados, incluindo ministros de Estado, parlamentares, convidados dos 51 membros da Comissão Constitucional dos quais apenas o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre e o escritor baiano Jorge Amado foram os grandes ausentes. Outra personalidade cuja ausência foi bastante notada na solenidade de ontem foi o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara Federal do PMDB.

O jurista Afonso Arinos, indicado para presidir a Comissão ainda pelo presidente Tancredo Neves, afirmou, em discurso, que a Comissão vai repelir quaisquer influências em seu trabalho, seja influência política-ideológica ou financeira. Do contrário, disse ele, a Comissão Constitucional falharia em seus objetivos, que é o de redigir o esboço de uma nova Constituição, para ser aprovado ou rejeitado pela Assembleia Nacional Constituinte.

Após a fala do jurista Afonso Arinos, o ministro Fernando Lyra afirmou que o reordenamento jurídico do País, entendemos todos, reclama uma nova Constituição. Tancredo Neves colocava a convocação do poder Constituinte como a principal tarefa do governo de conciliação nacional, que o presidente José Sarney vem conduzindo com exemplar probidade e inextinguível zelo democrático.

O ministro da Justiça lembrou ainda que a Comissão é composta por representantes de vários segmentos da sociedade.

Encerrando a solenidade, discursou o presidente Sarney, afirmando que autenticidade das constituições não está na forma de "convocar-se o Colégio Constituinte".

Tarefa é facilitar debate

"Começarei lembrando o grande estadista Tancredo Neves. Na memorável campanha pela restauração do Estado de direito, ele não se cansava de pregar a associação da lei à liberdade.

Sem a disciplina da lei, a liberdade pode fugir ao domínio da razão, conduzindo ao desmoronamento da sociedade ou a terrível intervenção dos tiranos.

O reordenamento jurídico do País, entendemos todos, reclama uma nova Constituição. Tancredo colocava a convocação do poder constituinte como a principal tarefa do governo de conciliação nacional, que Vossa Excelência, presidente José Sarney, vem conduzindo com exemplar probidade e inextinguível zelo democrático.

Dentro do programa da indestrutível Aliança Democrática — e mais uma vez recorro a Tancredo, que lhe deu este adjetivo em seu discurso diante da convenção do PMDB — Vossa Excelência instala solenemente esta Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Soube Vossa Excelência — e estou certo de que o fez com as razões da inteligência e do alito — confirmar uma escolha pessoal de Tancredo, chamando, para a ela presidir, uma das mais elevadas personalidades públicas deste País, o professor, senador, embaixador, escritor e ministro Afonso Arinos de Mello Franco.

Poucos homens neste País podem exibir tantos títulos de inteligência. Na cátedra, no jornalismo, na tribuna parlamentar, na chancelaria, Afonso Arinos sempre se destaca pela lucidez do pensamento, que não se deixa perturbar pela erudição e sempre flui em uma prosa clara e elegante. O arguto historiador de "um estadista da República" é o enternecido autor de um guia poético como "Amor a Roma".

Estou certo, senhor presidente José Sarney, de que, sob a presidência de Afonso Arinos, esta comissão, formada de personalidades ilustres, todos com destacados serviços prestados ao Brasil, irá enriquecer o debate constitucional e contribuir para que a Lei Magna, a ser redigida pelos representantes do povo brasileiro, seja instrumento da paz, da prosperidade e da soberania de nossa Pátria.

Nela encontram-se empresários e trabalhadores; homens da universidade e do jornalismo; juristas renomados e escritores consagrados. De tantas procedências sociais e de tão diferentes interesses profissionais, uno-os, sem embargo, um profundo conhecimento da realidade de nossa sociedade. Não os recrutou Vossa Excelência, senhor presidente José Sarney, no silêncio dos mosteiros e na calma das bibliotecas. Buscou-os na plena atividade, na direção de grandes empresas, no saguão dos tribunais, nas universidades, no calor da vida. Minhas senhoras, meus senhores:

Fiz, há pouco, o elogio de Tancredo. Devo, agora, identificar a fonte de sua extraordinária sabedoria política e a rocha matriz de sua férrea coragem cívica. Tancredo sempre identificou a vontade do povo e a fez sua: para ele, os líderes não são aqueles que conduzem o povo sob as coloridas e débeis bandeiras da demagogia, mas os que vão à frente da Nação pelo caminho que ela escolhe.

Com todo o enorme respeito que tenho para com Tancredo, devo, no respeito à verdade histórica, dizer que a campanha que levou à restauração do poder civil foi uma imposição da

gente brasileira. Se não levantássemos, como os levantamos, os estandartes que esta gente nos trazia, outros os levantaríamos, e os confrontos seriam inevitáveis.

A austeridade no poder, a busca, sem pausas, da Justiça para aqueles que trabalham, a defesa sagrada da soberania nacional, sem qualquer transigência com a honra da Pátria, formam a base de nosso compromisso.

E preciso advertir, com toda a franqueza, os que, por um motivo ou outro, estão esquecendo esse juramento tácito que fizemos nas praças públicas, os que colocam hoje os interesses de facção acima dos cânones da fidelidade para com a pátria, os que põem a paz em risco, ao colocar em risco a coalizão política que o povo nos exigiu fazer.

Somos testemunhas do esforço que Vossa Excelência, senhor presidente José Sarney, vem fazendo para cumprir o documento básico da Aliança Democrática. Outra conduta Vossa Excelência não poderia ter, sabendo-se que, como Tancredo, o político José Sarney fez sua carreira sempre unido pelo voto popular e que, fechadas as urnas para a eleição presidencial, obteve no sufrágio incontestável das praças públicas seu mandato como o sucessor constitucional e legítimo, do grande líder desaparecido.

Vossa Excelência, senhor presidente, sabe que a nossa responsabilidade é com as mudanças. Foi para mudar os rumos desta sociedade que fomos conduzidos à direção dos negócios públicos. Não podemos, em razão disso, perder uma hora sequer. E preciso ocupar cada dia desta tarefa de ir ajustando o País à vontade de seu povo.

Senhores membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais:

Severa é a missão que, em nome do povo, o chefe de Estado lhes confere. Vossas Excelências deverão ouvir a Nação em seus anseios de liberdade, de justiça e de paz, e traduzir sua vontade em textos que contribuam para o êxito da próxima Assembleia Nacional Constituinte.

Não serão, Vossas Excelências, a única comissão de estudos constitucionais. O atual Congresso também forma a sua e quaisquer grupos poderão fazê-lo. A Constituição, dizia Tancredo, não é obra de um só homem, por mais sábio que ele seja, nem de um grupo de homens. A Constituição deve ser obra de um povo inteiro.

A tarefa desta comissão, e de todas as outras, é a de facilitar o debate e de servir para a codificação da vontade nacional, de maneira a que os constituintes disponham dessa irrecusável ajuda.

Será a nova Carta o grande instrumento para que se complete e se consolide, na letra da Lei Maior, as "mudanças sociais, econômicas, políticas, corajosas e irreversíveis" de que nos falava Tancredo.

Mas não podemos esperar pela Assembleia Constituinte. Devemos ocupar a transição com o trabalho reformador. Disso tem consciência o presidente José Sarney. Ele sabe que estamos atravessando, sobre uma passagem débil, a correntiza das dificuldades. Mas não podemos parar: ninguém interrompe a travessia no meio de uma ponte, a fim de descansar.

Pode Vossa Excelência, senhor presidente, contar com aqueles que fizeram da democracia e da justiça o seu evangelho, e que permanecem engajados no compromisso com as mudanças. Entre eles está o seu ministro da Justiça.

Brossard se diz a favor de elitismo

O jurista e ex-senador Paulo Brossard responde com uma pergunta às constantes críticas de ser elitista a Comissão da qual faz parte. A pergunta: "se amanhã o senhor tiver um problema cardíaco, o senhor vai procurar a elite dos cardiologistas ou vai procurar os piores profissionais?". E ao contrário do entendimento de outros, sustenta Brossard que a Comissão não deve partir da estaca zero, pois em assim procedendo ela estaria ignorando a História do Brasil.

Como sinônimo de Constituição, diz-se a Lei Maior, a Lei Suprema. E ela é Maior, e Suprema, porque traz as linhas fundamentais, ainda que resumidas, da Nação. E claro que uma Constituição não pode ter tudo. É claro que uma Constituição não pode ter o caráter regulamentar, analítico, casuística. Seria uma Constituição votada a uma curta duração. Porque os fatos sociais mudam, e os fenômenos se metamorfoseiam, muitas vezes, com uma rapidez impressionante.

Essa Comissão vai partir da estaca zero, ou da Constituição que já existe ou vai partir do Projeto Afonso Arinos?

Uma coisa eu respondo: é que ela não partirá da estaca zero. Porque para partir da estaca zero, ela teria de ignorar a História do Brasil. E qualquer legislador consciente deve partir desta realidade histórica, da sua experiência boa e má, para conservar o bom, para evitar o mal.

Qual o símbolo desta reunião. Desta solenidade aqui?

O que me parece é que aqui está o Brasil resumidamente, e o que é dominante é a preocupação nacional desse grupo de trabalho que constituímos.

O Sr. acha que a Comissão vai partir para um anteprojeto?

O problema, no meu modo de ver, não está em fazer um anteprojeto. O anteprojeto pode ser feito por qualquer pessoa que tenha algumas luzes, algumas informações. O que eu gostaria é que ela fosse feliz no seu trabalho e que o anteprojeto que ela viesse a fazer ou que outro nome venha a ter, que fosse uma contribuição útil e eficaz.

As Constituintes

1824

A 1 de maio de 1824, sete meses depois de declarar a Independência, Dom Pedro I abre as sessões da Constituinte. Em discurso, condena o colonialismo português e promete reduzir as mordomias reais. Seis meses depois, muda de ideia: manda prender os constituintes e dissolve a assembleia, cedendo aos interesses dos portugueses no Brasil. Ele promulga a Constituição Imperial. A seu modo.

1891

Deodoro nomeia uma comissão de "republicanos históricos" para fazer um modelo de Constituição republicana, inspirada na dos EUA. Rui Barbosa é chamado para revisá-la e o governo de transição republicano a decreta a 22 de junho de 1891, ad referendum do Congresso. As eleições do Congresso Constituinte ocorrem sob acusações de fraude. Com três meses de trabalho, em fevereiro de 1891, a nova Constituição é promulgada.

1934

A exemplo da Constituição de 1891, teve pouca participação popular. Em novembro de 1934 a Constituinte é instalada. A Constituição nasce com um colorido nacionalista e traz algumas novidades que refletem uma época de mudanças econômicas e sociais. A Constituinte vota a anistia geral e assegura a presidência a Getúlio Vargas. Por via indireta.

1937

Em meados de 1937 a falsa descoberta do famoso Plano Cohen é o pretexto para que Getúlio Vargas feche o Congresso e decreta uma nova Constituição. A nova carta nasce sob inspiração fascista. De mãos dadas com a ditadura.

1946

Com a queda de Vargas caiu também a ditadura e surge uma nova Constituição mais democrática. A Constituinte de 46 é marcada por alguma participação popular. A Assembleia Constituinte, na sua maioria, é composta por conservadores. A Constituição de 46 não mantém o preceito da Constituição de 34 e 37 que determina a nacionalização progressiva de bancos e empresas.



CONSTITUINTE

1967

A Constituição de 1967 é caracterizada pela centralização do poder. Aprovada por um Congresso debilitado, a carta de 67 foi elaborada por Castelo Branco. Com ela, o Congresso tornou-se ainda mais fraco.

1969

Outorgada pela Junta Militar, a Constituição de 1969 manteve o AI-5 e aterrozizou a vida nacional. Entrou em vigor a nova Lei de Imprensa e uma nova Lei de Segurança Nacional. E o pânico foi espalhado pelo País. A inviolabilidade dos mandatos parlamentares passa a não existir mais nos casos de ofensa à Lei de Segurança Nacional. E também restabelecido a censura dos pronunciamentos parlamentares.

1979

Com a Constituição de 1979 o AI-5 foi revogado. E o início da redemocratização do país. As forças políticas começaram a se reestruturar. Mas o presidente adquiriu poderes para decretar o estado de sítio e estado de emergência.

1986

O presidente Figueiredo não suportou as pressões pelas eleições diretas e enviou uma proposta de emenda Constitucional em meados de 84, pedindo eleições diretas para a presidência em 88. Mas pressentiu que as diretas em 84 seriam aprovadas e retirou a proposta. Em 86 o presidente José Sarney instala a comissão pre-Constituinte, com o objetivo de subsidiar a Assembleia Constituinte, a ser instalada em 87.

Socióloga dá opinião sobre Constituinte

Enquanto o Poder Executivo instalava com todas as pompas, a comissão de estudos constitucionais — presidida pelo professor Afonso Arinos —, no Senado Federal a Comissão Mista do Congresso Nacional (responsável pelo texto presidencial que convoca a Assembleia Nacional Constituinte) ouvia atentamente as ideias da socióloga, com especialização em Ciência Política, Maria Vitória Benevides. Com a presença de apenas 8 parlamentares, de um total de 22 que a compõem a comissão esperou em vão a presença do jurista Afonso Arinos, que havia confirmado ampla palestra para aquela mesma hora. Só que, como não poderia estar em dois lugares ao mesmo tempo pois naquele instante ele estava no Ministério da Justiça sendo homenageado com a presidência da referida comissão —, adiou a palestra para a parte da tarde.

A antecipação do início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte para o primeiro semestre de 86 e um referendo popular para a aprovação do novo texto constitucional foram as principais propostas apresentadas ontem pela professora Maria Vitória Benevides — diretora do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Em sua opinião, deve-se realizar um pleito exclusivamente para a eleição dos constituintes que teriam como única atribuição a elaboração da nova Carta Magna. Ela entende que ao se constituir majoritariamente de deputados e senadores, estes iriam se preocupar mais em promover as mudanças de seu interesse específico do que propriamente com as alterações sociais necessárias ao desenvolvimento do País.

Para defender o plebiscito que referendasse a Constituição a ser redigida, Benevides disse que essa seria uma maneira de dar maior respaldo popular à nova Lei. No entanto, concordou que seria enorme a dificuldade disto ser feito, uma vez que o texto constitucional deveria ser bastante complexo.